



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

*Versão para registro histórico*

*Não passível de alteração*

CPI - FUNAI E INCRA			
EVENTO: Reunião Reservada	REUNIÃO Nº: 0137R/16	DATA: 08/03/2016	
LOCAL: Ministério Público Federal em Erechim - Rio Grande do Sul	INÍCIO: 19h00min	TÉRMINO: 19h53min	PÁGINAS: 25

DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO

CARLOS EDUARDO RADDATZ CRUZ - Procurador da República no Município de Erechim.  
MARCELO AUGUSTO XAVIER DA SILVA - Delegado de Polícia Federal.  
RODINEI ESCOBAR XAVIER CANDEIA - Procurador Estadual do Rio Grande do Sul.  
FERNANDO CARLOS WANDERLEY ROCHA - Consultor Legislativo da Câmara dos Deputados.  
LUCAS AZEVEDO DE CARVALHO - Consultor Legislativo da Câmara dos Deputados.

SUMÁRIO

Tomada de depoimento.

OBSERVAÇÕES

Gravação de baixa qualidade.  
Não houve expressa concessão da palavra a alguns oradores.  
Há palavras ou expressões inaudíveis e ininteligíveis.  
Houve intervenções fora do microfone. Ininteligíveis.





**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Alceu Moreira) - Esta Comissão Parlamentar de Inquérito está investigando as questões da FUNAI e do INCRA na demarcação de terras indígenas e de remanescentes de quilombos e fazendo oitivas locais com diligências, para ouvir testemunhas de ambas as partes.

O pessoal está aqui desde ontem, eu estou hoje e amanhã aqui, para ouvi-los. Ontem, estivemos em Faxinalzinho, onde ouvimos o pessoal do Mato Preto e também de Sananduva.

**O SR. CARLOS EDUARDO RADDATZ CRUZ** - Os agricultores ou os indígenas?

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Alceu Moreira) - Os agricultores e os indígenas.

**O SR. CARLOS EDUARDO RADDATZ CRUZ** - Hoje?

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Alceu Moreira) - Não. Ontem.

**O SR. CARLOS EDUARDO RADDATZ CRUZ** - Ontem.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Alceu Moreira) - Ontem, nós ouvimos os indígenas.

**O SR. LUCAS AZEVEDO DE CARVALHO** - Ontem, nós estivemos na Reserva Votouro e amanhã...

**O SR. CARLOS EDUARDO RADDATZ CRUZ** - Na Mato Preto já estiveram?

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Alceu Moreira) - Mas o pessoal do Mato Preto (*ininteligível*) não indígenas estiveram conosco.

**O SR. CARLOS EDUARDO RADDATZ CRUZ** - Sim, é claro.

**O SR. LUCAS AZEVEDO DE CARVALHO** - Com os indígenas será amanhã.

**O SR. CARLOS EDUARDO RADDATZ CRUZ** - Ah, sim.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Alceu Moreira) - Nós estamos aqui fazendo uma visita de cortesia. Se os colegas quiserem fazer algum tipo de questionamento, por favor, fiquem à vontade.

**O SR. CARLOS EDUARDO RADDATZ CRUZ** - Se eu souber e tiver conhecimento, eu ficarei à vontade... Eu fico assim bem (*ininteligível*) para responder, de forma informal, mais de cabeça, porque eu não me recordo de todos os dados. Se vocês precisarem de dados mais concretos, das formas de procedimentos, a gente pode encaminhar por escrito, com mais detalhe, com mais





acerto — *na data tal foi tal ofício, com tal informação* — ou lista também eventualmente...

Ligue o ar, por favor. Está muito calor.

É isso, então, que eu posso tratar, porque são dados que tenho de cabeça. São vários procedimentos de várias áreas indígenas. Eu não me lembro de todos 100%, mas (*inaudível*).

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Alceu Moreira) - Não há problema. Depois, se houver qualquer tipo de questionamento específico, nós o faremos formalmente.

**O SR. FERNANDO CARLOS WANDERLEY ROCHA** - Formalmente, através de requisição de informações e documentos.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Alceu Moreira) - Muito mais (*ininteligível*).

**O SR. COORDENADOR** (Rodinei Escobar Xavier Candeia) - Eu me permito uma intervenção, para me introduzir nesse assunto.

Eu trabalhei aqui na região, e ainda estou lotado aqui. Eu trabalho na terra indígena há quase 30 anos. Eu era antes da Justiça Federal. Depois, passei para a Procuradoria. Já peguei lá em Planalto, Nonoai, Serrinha, acompanhei todo o caso, Caseiros, várias áreas, Cacique Doble também.

**O SR. CARLOS EDUARDO RADDATZ CRUZ** - O senhor está dando apoio à CPI?

**O SR. COORDENADOR** (Rodinei Escobar Xavier Candeia) - Sim, eu fui requisitado pela Câmara e estou permanentemente lá agora.

Houve uma época em que nós trabalhávamos bem com o Ministério Público Federal em Passo Fundo. Nós até abordamos umas questões principalmente de Cacique Doble e conseguimos dar um bom encaminhamento. Era a Dra. Ieda, uma colega sua, já aposentada...

**O SR. CARLOS EDUARDO RADDATZ CRUZ** - Eu não conheço (*inaudível*).

**O SR. COORDENADOR** (Rodinei Escobar Xavier Candeia) - Era real mente muito tranquila. E foi assim com outros, com o Dr. Domingos também, do Néri da Silveira...

**O SR. CARLOS EDUARDO RADDATZ CRUZ** - Eu conheço o filho do Néri da Silveira.





**O SR. COORDENADOR** (Rodinei Escobar Xavier Candeia) - O Ministro Néri da Silveira foi Presidente do Supremo e meu colega. Aliás, ele é o fundador da Procuradoria-Geral do Estado — o Néri da Silveira, o pai.

**O SR. CARLOS EDUARDO RADDATZ CRUZ** - Ele era Procurador do Estado?

**O SR. COORDENADOR** (Rodinei Escobar Xavier Candeia) - Era. Eu tenho até uma história. Naquela ação de Planalto, inclusive, estávamos em polos opostos, mas era muito bom trabalhar com ele nesse sentido.

Depois de 5 anos, eu vim para essa região e me peguei com essa nova leva de demarcações. Naquela época, a gente enfrentava outras questões. Houve todo aquele processo de regularização de terras que o próprio Estado se dispôs a fazer.

Então, em Ventarra, o Estado devolveu a terra para os indígenas; em Serrinha também fez isso; em Cacique Doble uma parte que faltava; em Caseiros também. O senhor deve conhecer aquela questão em que o Estado entendeu que deveria devolver aos indígenas aquelas áreas que ele próprio colonizou na década de 40 até 60. Não tem relação nenhuma com o 231 da Constituição. É outra matéria.

**O SR. CARLOS EDUARDO RADDATZ CRUZ** - Eu (*ininteligível*) essa discussão quando eu cheguei aqui...

**O SR. COORDENADOR** (Rodinei Escobar Xavier Candeia) - E daí eu participei dessas, porque, inclusive, em Serrinha mesmo, ainda há agricultores que não foram indenizados, não foram reassentados. Na época, nós tivemos que intermediar e negociar. Gilmar Leite era o Secretário de Estado, e nós participamos de toda aquela negociação.

Mas, recentemente, houve essa outra leva de demarcações, que realmente têm outra abordagem, outra sustentação. Enfim, vêm com outro conceito por trás.

Depois do julgamento de Raposa Serra do Sol, a gente vem sustentando a questão do marco temporal, isso não é nenhuma unanimidade, mas, afinal de contas, é o que tem sido decidido nessas outras matérias.

Mas o que me chocou foi em razão disso até e por causa dos inúmeros problemas e conflitos que geraram isso. Foi instalada a CPI, e eu fui convidado para ajudar.





Para a minha surpresa, quando nós começamos a fazer o trabalho na CPI, eu fiquei chocado com o tamanho dos problemas. Nem vou entrar ainda na área indígena, mas, em matéria de INCRA, por exemplo, nós já descobrimos — e isso vem sendo divulgado na imprensa — que há identificação de fraudes na concessão de 78 mil lotes do INCRA.

Em matéria de saúde indígena, por exemplo, mais recentemente, houve a aplicação de 1 bilhão e meio de reais na mão de uma ONG, e a gente não sabe que ONG é essa que está praticando, que está gerindo a saúde indígena no Mato Grosso do Sul com índices alarmantes de má prestação do serviço. Então, pelo volume que se tem apresentado, no INCRA existe um rombo de 40 milhões de reais.

Aqui, especificamente, os problemas são um pouco diferentes. Eles se referem, especificamente, ao fato de que as demarcações incidem sobre áreas onde há pequenos agricultores. Então, basicamente, por isso, também viemos apurar uma situação um pouco distinta.

E o que tem nos chocado, agora nesta semana, especificamente... Nós fomos a Faxinalzinho, estivemos na Reserva de Votouro para entender de onde se originava aquela reivindicação. Estivemos reunidos com o cacique e com toda a comunidade e fomos muito bem-recebidos.

Outra coisa que nós temos ouvido muito em Brasília do pessoal da FUNAI, do pessoal alinhado nessa defesa é que os indígenas aqui não deveriam praticar a agricultura, que essa agricultura tem influência branca, decorre de arrendamento, de alguma coisa assim. Mas a gente tinha notícia de que, na Reserva de Votouro, não há esse problema. Onde houvesse o problema do arrendamento, ele decorreria da dificuldade do índio de ter acesso a financiamento para sua lavoura.

E ali em Votouro a notícia que se tinha é que tanto não há problema de arrendamento como não há problema de financiamento. E a gente queria entender isso, entender que modelo eles colocaram e como se deu a dissidência desse outro grupo que está reivindicando lá a ampliação em Kandoia, que gerou problemas bastante graves.

E, para a nossa surpresa, eles realmente solucionaram o problema na forma de gestão, porque eles criaram um conselho. Esse conselho de 20 indígenas, que eles chamam de conselho de anciões, de pessoas mais de liderança, acaba





determinando. O cacique é mais um coordenador desse conselho e o executor das políticas.

E como é que eles resolveram o problema de crédito? Com confiança. Eles tomam o crédito do próprio fornecedor dos insumos, das sementes, da máquina...

**O SR. CARLOS EDUARDO RADDATZ CRUZ** - Dos pacotes, como eles falam.

**O SR. COORDENADOR** (Rodinei Escobar Xavier Candeia) - É. Eles tomam o crédito, eles vão lá, compram e, na época da safra, eles pagam.

Nós ouvimos o lado dos indígenas, que dizem que é assim que tem que ser feito, e ouvimos o lado do pessoal que fornece, que diz: *“Não, com eles, nós não temos um mínimo problema. Tudo que eles combinam conosco cumprem. Então, nós financiamos mesmo da semente a...”*

**O SR. CARLOS EDUARDO RADDATZ CRUZ** - Eles fizeram uma solução caseira.

**O SR. COORDENADOR** (Rodinei Escobar Xavier Candeia) - É. Na verdade, é o que deveria ser, não é? Ou seja, você precisa de crédito quando não tem financiamento para aquele...

Claro, os indígenas disseram também que, se eles tivessem acesso a outros modelos de crédito, poderiam implementar mais coisas. Eles plantam em área menor do que poderiam.

**O SR. CARLOS EDUARDO RADDATZ CRUZ** - Parece que o problema é que não existe regulamentação específica. Então, a questão é garantia. Como eles não têm a propriedade da terra, nem das áreas demarcadas, nem das áreas não demarcadas...

**O SR. COORDENADOR** (Rodinei Escobar Xavier Candeia) - O exemplo dessa questão nós vamos levar para a CPI, para propor uma solução legislativa, para que se viabilizem, ao mesmo tempo, garantias. Há pouco, eu até pensei em garantias da própria safra ou em alguma coisa assim e espero que se acolham esses bons exemplos. Então, enfim, esse é um dos exemplos. O problema que nos chocou lá que nós já imaginávamos que tinha...

*(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)*





**O SR. COORDENADOR** (Rodinei Escobar Xavier Candeia) - Outro aspecto que nos chamou atenção lá, em narrativa da comunidade toda (*ininteligível*)... Um aspecto interessante também é o ótimo relacionamento das administrações públicas municipais com o pessoal da reserva. Realmente, os Municípios são muito parceiros, resolvem problemas de saúde. E há absoluta ausência da FUNAI dentro da reserva. Dizem que a FUNAI não aparece, não auxilia, não dá qualquer tipo de apoio dentro dessa reserva. Eles precisam de apoio, de assistência... Eles dizem: *“Olha, nós tínhamos aqui dentro um servidor da FUNAI que ficava dentro da reserva. Eram diferentes os encaminhamentos. Hoje, se eu tenho qualquer problema, eu tenho que ir lá em Nonoai, eu tenho que ir lá em Chapecó, eu tenho que ir em Passo Fundo. É uma dificuldade.”* E a narrativa dos agricultores, das administrações públicas é assim: *“Em relação à reserva de Votouro, nós não temos qualquer tipo de problema. Inclusive a convivência pessoal é amistosa. Eles participam dos mesmos jogos de futebol, da mesma convivência familiar”*. E há outra reserva lá, que é a reserva Guarani...

*(Intervenção fora do microfone. Ininteligível.)*

**O SR. COORDENADOR** (Rodinei Escobar Xavier Candeia) - É a mesma coisa. Eles disseram: *“Para nós, inclusive, às vezes, nós nem lembramos que são indígenas”*. É uma família que está lá há 60, 70 anos. É uma mesma família de indígenas. E, para nós, são pessoas absolutamente normais. Nós sabemos que são indígenas, porque são indígenas. E é uma reserva absolutamente tranquila. Já o pessoal que está numa área hoje do Estado, numa área particular que foi cedida, é um pessoal que foi dissidente — e é uma dissidência de várias reservas — e que faz essa reivindicação de outra área. Mas o problema não é só a reivindicação. O problema é que se criou um núcleo — e esse é um aspecto que tem nos chamado a atenção; até o Delegado Marcelo pode dizer — que vive à margem da lei, não à margem da lei em relação à questão da invasão, mas à margem da lei em relação à questão criminal mesmo. Então, é um centro de disseminação de prática de crimes, de furtos, de receptação de carro, de...

*(Intervenção fora do microfone. Ininteligível.)*





**O SR. COORDENADOR** (Rodinei Escobar Xavier Candeia) - Sempre há receptação de algum veículo, essas coisas, e a prática de violências, assim, comuns contra as demais (*ininteligível*)...

**O SR. CARLOS EDUARDO RADDATZ CRUZ** - Sobre essa questão de ser um centro de receptação de outros crimes ali, eu posso estar errado e pode haver alguma coisa mais antiga à qual eu não tenha tido acesso anterior já arquivado, mas eu não me recordo, nesse um ano e pouco, de ter recebido nada nesse sentido, talvez por conta de ser, pelo menos em tese, um crime de competência estadual e não tenha chegado até aqui. Talvez a polícia não tenha mandado para cá. Até este momento, desde que estou aqui, desde junho de 2014, eu não me recordo de denúncia nesse sentido sobre Votouro. Há um caso de roubo de carga, mas eu não lembro se é de Votouro. Eram caminhões que tombavam na estrada e alguns indígenas (*ininteligível*).

**O SR. COORDENADOR** (Rodinei Escobar Xavier Candeia) - Ali aconteceu aquele caso do assassinato dos agricultores. E, pelo que deu a entender, esse não foi um caso isolado, digamos assim. Na verdade, é uma prática desse grupo que domina. E mais: quem domina o grupo não é um indígena. Quem domina o grupo é um agricultor que inclusive atraiu os indígenas para a sua propriedade, porque ele tinha falido e perdido as propriedades à volta. E ele tinha ideia de atrair, demarcar e ele próprio explorar arrendando as áreas. E é um tal de Tonato. Não é, Tonato?

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Alceu Moreira) - Não, Donato.

**O SR. MARCELO AUGUSTO XAVIER DA SILVA** - Inclusive, ele mantém um relacionamento com uma indígena lá. É uma aceitação da comunidade, para que ele possa implementar essa situação...

**O SR. CARLOS EDUARDO RADDATZ CRUZ** - Esse Donato foi ouvido no inquérito...

**O SR. MARCELO AUGUSTO XAVIER DA SILVA** - Acho que inclusive ele deve estar indiciado na questão...

**O SR. CARLOS EDUARDO RADDATZ CRUZ** - Dos homicídios? Eu acho que ele não está indiciado. Eu acho que ele foi ouvido como testemunha dos homicídios. Ele não está em vários indiciamentos que...







**O SR. MARCELO AUGUSTO XAVIER DA SILVA** - Em torno de vinte e poucos...

**O SR. CARLOS EDUARDO RADDATZ CRUZ** - É, há vários indiciamentos que não têm indício. Tem quatro ou cinco indiciamentos, ali (*ininteligível*) suficiente até para uma renúncia, neste momento. Se abirmos mais algumas diligências, tentarmos confirmar algum DNA alguma coisa tentada, porque, enfim, a gente tenta buscar que haja uma condenação. Temos que (*ininteligível*) o processo, frustrar a perseguição. Depois se denuncia. Se não tiver provas, azar. É porque a gente achou melhor buscar mais algumas. Mas teríamos 4 ou 5 denunciados, assim, neste momento.

**O SR. MARCELO AUGUSTO XAVIER DA SILVA** - Esse inquérito já está com todas as... (*ininteligível*)

**O SR. CARLOS EDUARDO RADDATZ CRUZ** - Não, esse aqui é o que foi relatado. Estava com o Delegado Mário. Nós pedimos mais algumas diligências, e agora teríamos que olhar como é que está hoje, porque a gente vem acompanhando. Pedimos algumas...

*(Intervenção fora do microfone. Ininteligível.)*

**O SR. CARLOS EDUARDO RADDATZ CRUZ** - Olha, eu teria que olhar hoje como é que ele está, porque faz uma duas semanas que eu não o recebo de volta, então eu não sei como é que ele está hoje. Eu não olhei hoje, mas ele estava com algumas diligências pendentes (*ininteligível*)... Tem aquele diálogo, né? Cota, lei, cumpre, faz isso, faz aquilo. Conseguimos até identificar — (*ininteligível*) uma solicitação da Polícia Federal de identificação —... Depois do relatório da autoridade policial, nós verificamos que um dos policiais verificou um dos indígenas com uma arma de menor calibre, e aí havia a descrição de lesões, numa das vítimas, de uma arma de menor calibre também, compatível com aquela que o policial viu. Aí nós devolvemos para a Polícia Federal e dissemos assim: façam a comparação e o reconhecimento junto com um policial militar para ver se identificam entre os indiciados essa pessoa que portava essa arma de menor calibre que é compatível com um dos ferimentos na vítima, para robustecer uma prova para eventual denúncia e depois eventual condenação. Então, nós fizemos... Essa foi uma das diligências que nós fizemos. Fizemos outras diligências pedindo comparação de





DNA com o que foi encontrado no carro dos agricultores, para eventualmente, se fosse o DNA de um dos investigados, *(ininteligível)* não teria por que o DNA de algum deles estar no carro das vítimas, enfim. Caso tivesse havido algum conflito, algum machucado num dos autores do crime, ali... E aí também ficamos aguardando isso. Então, eu não sei, não me recordo agora, exatamente, de como *(ininteligível)* essas diligências que já vieram, que faz algumas semanas que não retornam para mim. Eventualmente pode estar agora com *(ininteligível)* de prazo, tem uns 15 inquéritos ali que estão *(ininteligível)*...

**O SR. MARCELO AUGUSTO XAVIER DA SILVA** - *(ininteligível)* preocupação, assim, a situação, ali, em si, porque esse fato já ocorreu há um bom tempo, e *(ininteligível)* haviam sido presos dois índios, né?

**O SR. CARLOS EDUARDO RADDATZ CRUZ** - Não, foram quatro, acho que quatro ou cinco.

**O SR. MARCELO AUGUSTO XAVIER DA SILVA** - E já se encontram soltos, todos. E na comunidade...

**O SR. CARLOS EDUARDO RADDATZ CRUZ** - O TJ concedeu HC...

**O SR. MARCELO AUGUSTO XAVIER DA SILVA** - E a situação de conflito, ali, acaba gerando uma situação ruim, sem ter uma solução, o processo judicial. Então, seria bom que se *(ininteligível)*, às vezes até falar com *(ininteligível)*, para o quanto antes...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Alceu Moreira) - Para priorizar ali, né?  
*(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)*

**O SR. MARCELO AUGUSTO XAVIER DA SILVA** - Para dar uma satisfação para a sociedade, lá, porque realmente...

**O SR. CARLOS EDUARDO RADDATZ CRUZ** - Eu já recebi aqui os parentes. E, na verdade, teve um problema que eu achei grave, por parte da Polícia Federal, que foi no sentido de afirmarem à imprensa que já se sabia a autoria, que já existiam provas suficientes, e que todos seriam condenados. Eu achei essa declaração muito ruim, porque o inquérito, a prova no inquérito *(ininteligível)*, fica aqui a prova, ela não é muito robusta em relação aos quatro ou cinco que a gente está analisando e vendo que dá para denunciar.





**O SR. MARCELO AUGUSTO XAVIER DA SILVA** - Ele tá em segredo de justiça? Porque a gente ia pedir, a gente iria pedir (*ininteligível*) está em segredo de justiça.

**O SR. CARLOS EDUARDO RADDATZ CRUZ** - Eu não tenho certeza se ele está, porque, na verdade, ele não tem nada de... Ele não tem nenhum dado sigiloso no meio. Eu acho que não está, porque não tem o que ocultar. Ele não tem nenhum dado sigiloso, não tem quebra de sigilo, não tem quebra... Tem (*ininteligível*) aquela diligência, lá, que foi aquela que a gente fez, grande, com os DNAs, que deu até certa comoção social, porque a gente pediu o que tinha que ser feito. Aquela foi a única diligência mais invasiva, assim, que teve no inquérito, mas não gera nenhum tipo de (*ininteligível*), não veio problema...

**O SR. COORDENADOR** (Rodinei Escobar Xavier Candeia) - (*ininteligível*) até necessidade técnica de aprimorar a própria... Não adianta largar alguma coisa pela metade. Ela está elevando o nível de tensão. Então, não dá, porque o pessoal talvez fique com uma sensação de impunidade e, de outro,...

**O SR. CARLOS EDUARDO RADDATZ CRUZ** - Só para... (*ininteligível.*) A gente prefere, tecnicamente, numa visão estritamente técnica, esgotar o que a gente pode imaginar de prova, porque a prova, a investigação teve os seus problemas. O exemplo, diante dos cadáveres ali, a Polícia Federal foi chamada e nenhuma autoridade policial compareceu ao local do crime no dia do crime, compareceu posteriormente. A Polícia Civil esteve lá. E aí fizeram levantamentos que, inclusive depois de relatados, sequer o levantamento fotográfico de defesa constava nos autos da Polícia Federal.

**O SR. MARCELO AUGUSTO XAVIER DA SILVA** - O laudo cadavérico foi feito pela Polícia Federal ou pelo...

**O SR. CARLOS EDUARDO RADDATZ CRUZ** - Quem esteve no local foi a Polícia Civil e o IGP. A Polícia Federal não foi, não foi. E o IGP isolou a mão dos agricultores para ver se tinha pólvora. Enfim, fez todo um trabalho de campo. Fez mais de cento e poucas fotos... Todas as exigências que nós pedimos. Nós estamos analisando o que é que vimos lá no começo: (*ininteligível*) fazer uma mençãozinha a essa diligência para constar nos autos. Nós mesmos temos que ter esse (*ininteligível*), por exemplo. Então, assim: a investigação teve muitos problemas...





*(Ininteligível.)* A investigação teve muitas falhas na investigação, muitas, muitas, muitas. Eu cheguei aqui acho que fazia uns 4 meses que tinha acontecido. Dois meses depois do outro crime, eu cheguei ao acampamento. Então, a investigação não foi um primor de investigação criminal para esse crime. Sempre que a Polícia está acostumada *(ininteligível)*, enfim... *(ininteligível)* a Polícia Federal pode verificar. E ali disseram que era um crime difícil, muito difícil de ser conhecida a autoria. Por quê? Porque foi autoria coletiva, muitos autores. O crime foi cometido também no meio do matagal. E quem viu o crime? As duas vítimas, que não podem falar, e os indígenas, que não falaram. Então, tu tens uma autoria... Para dizer se foi A, B, C ou D, é muito difícil. Eu tenho que ter certeza de autoria do crime. É supertécnico isso aí. Então, é um crime difícil, e a investigação não foi tecnicamente das melhores, vamos dizer assim. Então, a gente tentou agora, no final, ser um pouco mais... Até falei com a Profa. Iasmim, que parece que tem elemento para indiciar uns quatro ou cinco — eu acho que a liderança do Euclides até... E aí nós estamos pensando em denunciar eles. Precisamos *(ininteligível)* um pouco mais porque provavelmente se teria prova para recebimento de denúncia. Para condenação em julho, uma boa defesa poderia desmontar muito fácil. Então, o que a gente pensou? É melhor demorar um pouco agora, tentar pelo menos contra um ou dois elementos mais contundentes do que denunciar e ter absolvição plena. Então, nós fizemos essa análise técnica e pedimos as diligências. Eu acho que as diligências do reconhecimento desse outro indicam que o *(ininteligível)* teve sucesso. Não me recordo, agora faz 3 ou 4 meses que voltou esse aí. Aí foi reconhecido um dos indígenas, que é um dos indiciados. Com relação a esse aí, nós já temos um elemento bem mais robusto, porque ele... *(ininteligível)* do crime, ele foi visto portando uma arma que *(ininteligível)* é uma arma de calibre compatível com um dos ferimentos ... Então, já tem uma coisa a mais para justificar uma denúncia, entendeu?

**O SR. MARCELO AUGUSTO XAVIER DA SILVA** - Perfeito. Vou pedir para o senhor reiterar, quando ele falou, a situação de celeridade, porque realmente a população lá se sente intranquila com isso aí e acaba deixando a região uma coisa beligerante.





**O SR. CARLOS EDUARDO RADDATZ CRUZ** - Eu sei que, acima de tudo, a celeridade que nós estamos tratando é máxima. O que demorou? Muito mais lá na Polícia Federal. Muito mais demorou por questões internas da Polícia. Isso foi o Ponto 1. O Ponto 2 foi porque ficou pendente aquela diligência das buscas e apreensões nas áreas indígenas, e a Polícia Militar do Rio Grande do Sul não liberou nem com ordem judicial. Os policiais militares... *(ininteligível)*. A Polícia Federal disse: “*Só vamos se tiver supremacia de força e com apoio da PM*”. A PM disse: “*Apoio só com ordem do comandante-geral.*” E nós não conseguimos contatar o comandante-geral, porque o nosso *(ininteligível)* de transporte sequer conseguiu passar no portão de entrada. Fizemos uma “operação” — entre aspas — para contatar o comandante-geral da *(ininteligível)* na época. Depois *(ininteligível)* na época, eu acho, enfim, toda *(ininteligível)* do MST para conseguir que ele assinasse o recebimento do ofício inclusive com ordem judicial. A partir disso, conseguimos fazer a operação.

**O SR. COORDENADOR** (Rodinei Escobar Xavier Candeia) - Então vou lhe narrar que eu casualmente tinha ido numa reunião na Polícia Federal, no dia em que era para fazer uma atividade dentro da reserva, e estavam 150 policiais militares, em Passo Fundo.

*(Intervenção fora do microfone. Ininteligível.)*

**O SR. COORDENADOR** (Rodinei Escobar Xavier Candeia) - ...150 policiais militares, o BOE lá de Santa Maria, e aí todo o mundo esperando, esperando, e vamos, e vamos, e veio a ordem...

**O SR. CARLOS EDUARDO RADDATZ CRUZ** - Uma contraordem.

**O SR. COORDENADOR** (Rodinei Escobar Xavier Candeia) - ...uma ordem do Governador, mandando todo mundo ir embora. Não era para acompanhar a diligência.

**O SR. CARLOS EDUARDO RADDATZ CRUZ** - O delegado de polícia *(ininteligível)* ele me contou essa... e deu para...

**O SR. COORDENADOR** (Rodinei Escobar Xavier Candeia) - Eu vi, eu estava junto. Foi um absurdo!

**O SR. MARCELO AUGUSTO XAVIER DA SILVA** - É a manutenção de ordem pública e *(ininteligível)* Polícia Militar.





**O SR. CARLOS EDUARDO RADDATZ CRUZ** - Exatamente. Então, nós tivemos aí uma série de problemas (*ininteligível*) essas ordens não são atribuídas nem à Polícia Federal nem a nós. Então, o inquérito demorou um pouco. Aí que a gente vê que demorou, e um dos motivos foi esse. Demorou um pouco porque aí, quando chegou, chegou faltando (*ininteligível*) importantes. Você vai, se você pegar o inquérito, você vai verificar que nós fizemos algumas fotos solicitando, fizemos um álbum fotográfico (*ininteligível*). A gente nem tinha foto dos corpos. Outra questão: a gente não sabe nem ao certo se... Parece que eles foram arrastados para onde foram encontrados os corpos. Eu solicitei uma perícia médica completa para verificar se o local onde eles foram encontrados foi o local onde eles foram mortos, porque eles parecem que foram meio que arrastados, jogados aí num canto. Portanto, não tem como saber, com certeza, se foi ali. Então, para a gente ver como tem problema nessa investigação para definir denúncia. Então, a gente fica numa situação aqui superdelicada, porque a gente sabe da necessidade de denunciar, a gente sabe da brutalidade do crime, inclusive com o agravante de serem duas pessoas da mesma família.

**O SR. MARCELO AUGUSTO XAVIER DA SILVA** - O que só agrava, né?

**O SR. CARLOS EDUARDO RADDATZ CRUZ** - Oi?

**O SR. MARCELO AUGUSTO XAVIER DA SILVA** - Eles foram torturados lá...

**O SR. CARLOS EDUARDO RADDATZ CRUZ** - Foi, foi uma confusão, foi uma confusão imensa. Eles foram espancados, foi um delito coletivo, né? Então, tem dificuldade de verificar essa autoria, de ter esse problema de investigação. E mesmo uma investigação mais perfeita possível... Vamos imaginar que tivesse aqui uma superpolícia, com todos os aparatos e recursos financeiros, mas nós não temos, né? Ainda assim, seria muito difícil, porque não teve testemunha, foi no meio do mato, foi coletivo, para poder definir. Ah! Foi eu (*ininteligível*) que assassinou esses indígenas? Quem assassinou? Foi o (*ininteligível*)? Entendeu? (*ininteligível*). Claro. É difícil definir. Aí a (*ininteligível*) vai fazer o indiciamento, uma boa parte deles só foram vistos nos bloqueios (*ininteligível*). Não sei se você chegou (*ininteligível*) perceber (*ininteligível*). Não tem bloqueio na estrada. (*Ininteligível*) bebendo e tudo o mais, e alguns foram vistos nos bloqueios, outros foram vistos nos bloqueios e saindo do matagal onde os indígenas foram encontrados. Aí foram indiciados pela





Polícia Federal, inclusive alguns vários só foram vistos nos bloqueios na estrada. Esses aí o único elemento que eu tenho é: *“Fulano disse que viu um bloqueio da estrada.”* Aí realmente não dá para denunciar uma pessoa que foi vista no bloqueio da estrada. Não foi visto matando, nem saindo do mato, onde foram encontrados os corpos. Aí foram identificados quatro ou cinco que estavam saindo do matagal. Esses, sim, eu acho que dá para denunciar. E aí nós temos que trabalhar identificando esses. Os outros foram vistos na estrada, mais distante. É o único elemento que tem. E aí a gente fica numa situação de que não tem como denunciar.

**O SR. COORDENADOR** (Rodinei Escobar Xavier Candeia) - Mas a pessoa querer concluir... A gente evidentemente não quer descer nesse aspecto técnico de saber como o senhor vai controlar o seu processo. Eu só queria lhe narrar que a gente ficou impressionado com a tensão gerada nesse aspecto da segurança pública. E mais, de realmente a ausência principalmente das forças do Estado, que eu entendo que é quem deve controlar isso. Na minha... Eu já tive oportunidade de, em outras ocasiões, lá em Serrinha, de oficial, sob pena de prisão, o comandante...

**O SR. CARLOS EDUARDO RADDATZ CRUZ** - Da PM?

**O SR. COORDENADOR** (Rodinei Escobar Xavier Candeia) - ...da Brigada Militar. E ali sim, e ali ainda desafiaram: *“Tá, mas o senhor vai junto?”* *“Vou junto.”* Aí fomos lá, prendemos, as pessoas, fizemos... Então, assim, é um absurdo!

**O SR. CARLOS EDUARDO RADDATZ CRUZ** - O problema que se está comentando (*ininteligível*) o problema disso aí é que a Polícia Federal aqui refere que só entra em área indígena agora com o apoio da PM, porque tiveram muitos problemas com questões de violência. A Polícia Militar... A referência em segurança pública ostensiva é a Polícia Militar. A Polícia Militar, por outro lado, de forma completamente equivocada, manifesta, em todas as reuniões que nós tivemos com eles aqui, o entendimento de que a área indígena é federal. Eles não têm jurisdição e, portanto, não podem entrar, exceto em apoio à Polícia Federal.

**O SR. COORDENADOR** (Rodinei Escobar Xavier Candeia) - Mas deixe eu lhe dizer o seguinte: tecnicamente, no Estado, essa ideia foi vendida na década de 2000, naquela época de Serrinha, coisa e tal. Foi justamente por isso que eu officiei o Comandante. Ou ele vai, ou ele vai preso por desobediência. Aí ele diz: *“Tá, então, vamos.”* Era a mesma desculpa. Estavam agricultores brancos invadindo terra,





expulsando, dizendo que eram índios. E aí a polícia dizia que não era. Então, essa é uma mentira repetida, repetida. E a Polícia Militar não tem base técnica, porque quem pode dizer isso juridicamente é só a Procuradoria-Geral. E a Procuradoria-Geral jamais emitiu parecer. Ao contrário, eu sou Procurador, e a minha posição é absolutamente contrária. Ou seja, a obrigação de segurança pública, principalmente ostensiva...

**O SR. CARLOS EDUARDO RADDATZ CRUZ** - A Constituição, inclusive, é solar.

**O SR. MARCELO AUGUSTO XAVIER DA SILVA** - Inclusive, em Mato Grosso, eu tive esse problema e eu oficiei ao Secretário. Passei pelo Superintendente e trouxe para ele uma (*ininteligível*) que o secretário, o negócio é tão aberrante, meio que já dizendo: “*Se não agir, eu vou instalar por prevaricação contra o Comandante.*”

**O SR. CARLOS EDUARDO RADDATZ CRUZ** - Até porque as próprias pessoas, indivíduos que moram na área indígena, têm o mesmo direito individual à segurança pública.

**O SR. COORDENADOR** (Rodinei Escobar Xavier Candeia) - Mas deixe eu lhe dizer exatamente que o cacique lá, na conversa — vocês vão lembrar —, nos disse que sente falta da Polícia Militar, porque ele tem esse problema de os caras virem se esconder lá dentro da reserva, com carro roubado e não sei o quê, e ele não tem o que fazer.

**O SR. MARCELO AUGUSTO XAVIER DA SILVA** - Até quanto à questão de drogas, ele tenta, com o diálogo, tirar a droga. Há até um pastor deles, da religião deles lá, que tem feito essa conscientização dos malefícios do uso da droga. Só que há pessoas que vão lá para dentro. Então, a ausência do policiamento prejudica.

**O SR. COORDENADOR** (Rodinei Escobar Xavier Candeia) - Só para completar, então, o raciocínio, nós vimos hoje de tarde, principalmente no depoimento ali, em Mato Preto, não há problema de violência. Não tem.

**O SR. CARLOS EDUARDO RADDATZ CRUZ** - Houve uma única denúncia do cacique (*inaudível*), inapurável. Ele narrou para nós que passaram cidadãos atirando em direção à área indígena de madrugada, a partir da BR, no







acampamento que fica acima da linha de trem. Obviamente, não vão apurar isso, mas foi o único relato de violência que surgiu ali.

**O SR. COORDENADOR** (Rodinei Escobar Xavier Candeia) - *(Inaudível)*, mas na ouvida de Sananduva, isso me preocupou bastante.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Alceu Moreira) - Isso é Passo Fundo?

**O SR. CARLOS EDUARDO RADDATZ CRUZ** - Não, Sananduva é aqui. A gente pega até Sertão.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Alceu Moreira) - Mas Sananduva é um faroeste. Pelo amor de Deus, o Irani e o filho dele fazem um horror naquela cidade, atiram!

**O SR. CARLOS EDUARDO RADDATZ CRUZ** - Eles são complicados. E ele está até em situação de semiaberto. O pai? O pai, sim.

**O SR. COORDENADOR** (Rodinei Escobar Xavier Candeia) - Eles cometem extorsão como prática diária, roubo de carro, tráfico de droga.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Alceu Moreira) - Tem até cópia de um cheque de 50 mil recebido por extorsão.

**O SR. CARLOS EDUARDO RADDATZ CRUZ** - Com recibo assinado. Quem ele estava extorquindo?

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Alceu Moreira) - Extorquindo os produtores. Paga 50 mil e eu...

**O SR. FERNANDO CARLOS WANDERLEY ROCHA** - Extorsão de forma coletiva? Afora extorsão individual, porque, para o produtor plantar na sua própria terra, tem que pagar ao índio como se fosse arrendamento.

**O SR. MARCELO AUGUSTO XAVIER DA SILVA** - Eles extorquem para não atrapalhar...

**O SR. CARLOS EDUARDO RADDATZ CRUZ** - O Irani, inclusive, quase morreu. No ano passado, ele tomou um tiro de 12 no peito. O Irani não, o filho, o Leonir.

**O SR. FERNANDO CARLOS WANDERLEY ROCHA** - Briga de índio? Entre eles mesmos.

**O SR. CARLOS EDUARDO RADDATZ CRUZ** - É o caso que nós temos agora. Estão todos presos, inclusive. Há oito indígenas presos desde maio do ano





passado. Conseguimos, nesse caso, manter as prisões, porque achamos que é necessário, em que pese, óbvio, defendermos bastante a cláusula indígena. É de conhecimento, até por imperativo constitucional. Mas nós sabemos separar muito bem. E, por esse caso aí, eles estão presos desde maio por invasão. Parece que até uma criança levou um tiro na cabeça. Um menino de 10 anos levou um tiro na cabeça. Até hoje o menino (*ininteligível*) não ficou bem da cabeça.

**O SR. FERNANDO CARLOS WANDERLEY ROCHA** - Sim, ele deve ter perdido massa encefálica.

**O SR. CARLOS EDUARDO RADDATZ CRUZ** - É lamentável! Esse é um fato lamentável e altamente violento.

**O SR. COORDENADOR** (Rodinei Escobar Xavier Candeia) - Mas esse senhor — eu já me lembro dele de outras ocasiões — tem um histórico de violência.

*(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)*

**O SR. CARLOS EDUARDO RADDATZ CRUZ** - Nesse caso, eles foram vítimas. Nesse caso específico desses homicídios, eles acabaram sendo invadidos pelo outro indígena, chamado (*ininteligível*), que acho que é bem conhecido (*ininteligível*).

**O SR. MARCELO AUGUSTO XAVIER DA SILVA** - É que essas situações de beligerância acabam resultando nisso.

**O SR. CARLOS EDUARDO RADDATZ CRUZ** - Sim!

**O SR. MARCELO AUGUSTO XAVIER DA SILVA** - Sempre! Então, o sujeito que é o valentão já tem a ficha suja. Ele acaba se vangloriando da condição dele de ser uma liderança e acaba opondo certa resistência. O pessoal vai contra ele também. Então, a situação que nos foi narrada é bem grave. O pessoal atira, anda armado. Há carro clonado, droga.

**O SR. CARLOS EDUARDO RADDATZ CRUZ** - Não sei se dá para (*ininteligível*) da gravação, porque é uma coisa de que a gente não tem muita prova. Não sei se é o caso de parar.

**O SR. COORDENADOR** (Rodinei Escobar Xavier Candeia) - Se o senhor quiser, nós deixaremos a gravação reservada.

**O SR. CARLOS EDUARDO RADDATZ CRUZ** - Não, não, é porque temos a... A informação que temos (*ininteligível*) é que o armamento veio ali de Passo Grande,





ali daquela área de *(ininteligível)*. A partir dali então se distribui para outras áreas... A grande dificuldade que se tem — tivemos várias — *(ininteligível)* operação para tentar desarmar as comunidades, porque é um fator inclusive de desequilíbrio de poder interno. *(ininteligível)* ...armado, enfim, se sobressai em relação ao outro grupo, o que é um problema grave, que não conseguimos dialogar para acalmar a situação. Então, nós fizemos a operação junto com a Polícia Federal e enfrentamos outra dificuldade.

**O SR. MARCELO AUGUSTO XAVIER DA SILVA** - Busca e apreensão *(ininteligível)*.

**O SR. CARLOS EDUARDO RADDATZ CRUZ** - Tentamos buscar armamento. Foi outra dificuldade *(ininteligível)* e no final o Mauro Vinicius — vou fazer um elogio para ele, que sempre ficou disponível — conseguiu mobilizar bastante a Polícia Federal, só que faltava a PM. Depois de muito tempo, conseguimos que a PM fosse também — foram de má vontade, para dizer a verdade, mas foram. Foi uma operação gigante, com helicóptero, com carro. Não pegaram uma arma!

**O SR. COORDENADOR** (Rodinei Escobar Xavier Candeia) - Então, deixe-me contar o que me disseram...

**O SR. CARLOS EDUARDO RADDATZ CRUZ** - Só me deixe concluir, rapidinho. No retorno, eles foram à polícia tentar retornar com um acordo. Retornaram, e meia hora depois houve um baleado *(ininteligível)*. Então, temos dificuldade porque a área é gigante, e as armas são escondidas no mato. Não se consegue fazer uma operação de inteligência. Seria preciso haver gente exclusivamente para fazer isso, e não há. Então, esse é um problema gravíssimo, que na minha visão prejudica muito as comunidades.

**O SR. COORDENADOR** (Rodinei Escobar Xavier Candeia) - Com certeza. Contaram-me que nesse episódio alguém os avisou do que ia acontecer. Eles esconderam realmente no mato...

**O SR. CARLOS EDUARDO RADDATZ CRUZ** - Com certeza, eles foram avisados! Não tenho dúvida disso!

**O SR. COORDENADOR** (Rodinei Escobar Xavier Candeia) - E isso partiu de dentro do Governo do Estado.





**O SR. CARLOS EDUARDO RADDATZ CRUZ** - De onde partiu, não sei. (*ininteligível*) ...até o frentista do posto sabia da operação!

**O SR. LUCAS AZEVEDO DE CARVALHO** - Antes de encerrarmos, quero fazer uma pergunta. Algumas comunidades têm nos relatado uma tentativa de acordo em relação à demarcação. Fazem audiência, tentam um acordo. O Ministério Público Federal aqui tem algum posicionamento em relação a isso?

**O SR. CARLOS EDUARDO RADDATZ CRUZ** - O nosso posicionamento, que foi colocado para a comunidade indígena, foi no sentido de que nós não promoveríamos, não incentivaríamos nem desincentivaríamos qualquer proposta de acordo. O Ministério da Justiça abriu (*ininteligível*) especialmente para o (*ininteligível*). Nós participamos algumas vezes dessas tentativas de acordo, que nunca foram formalizadas, diga-se de passagem, e deixamos bem clara a nossa posição para os agricultores e para os indígenas. Nós estamos aqui apenas para acompanhar o que está acontecendo. Nós não vamos emitir opinião, desaproveitar ou (*ininteligível*), porque isso não cabe a nós. Nós defendemos que as comunidades tenham essa autonomia para definir se têm interesse nisso ou não. Mas nós sempre deixamos clara a questão de que, se a comunidade quisesse, ela, pelo menos enquanto houver uma portaria oficial demarcando, poderia abrir mão de uma parte — o.k., tranquilo, acho que a comunidade tem essa liberdade. Mas nós, enquanto instituição, não emitimos esse parecer e avisamos também para os agricultores. Foi sempre a minha posição aqui no MPF, em todas as reuniões de que eu participei com os agricultores, inclusive lá em Sananduva, que nós entendíamos que, em que pese à prevalência da tradicionalidade da área, todos aqueles agricultores, por também estarem de boa-fé, no mínimo, teriam que ter direito à indenização prévia em dinheiro. Sempre...

**O SR. LUCAS AZEVEDO DE CARVALHO** - Também da propriedade?

**O SR. CARLOS EDUARDO RADDATZ CRUZ** - Também da propriedade. Sempre eu, (*ininteligível*), eu sempre falo isso, até porque tu criaria um outro problema social. Tirar as pessoas sem dinheiro...

**O SR. COORDENADOR** (Rodinei Escobar Xavier Candeia) - Doutor, com essa fixação agora do Supremo, não só na Raposa Serra do Sol, em várias decisões posteriores e agora em mais essa aqui que foi em (*ininteligível*) do Mato Preto,





firmando a questão do marco temporal, será que a gente não tinha que buscar uma outra solução? Porque o que a gente nota... Aqui em Mato Preto é até mais tranquilo, mas os coitados estão lá na beira da estrada, e eu acho que é um tratamento indigno. Agora, tem situações, como Sananduva, tem situações, que nem Votouro, em que tem um clima de tensão que está se postergando, postergando, postergando, e a gente podia tentar uma outra solução, porque, na insistência de derrubar a tese da ocupação tradicional em 88, pode só a gente prorrogar por 15, 20 anos uma situação que fica...

**O SR. CARLOS EDUARDO RADDATZ CRUZ** - Desumana...

**O SR. COORDENADOR** (Rodinei Escobar Xavier Candeia) - ...desumana para todos os lados. E, assim, a minha posição é que direitos humanos são para todos. Então, eu tenho preocupação com todas as partes, como o senhor, mas, aí, tem uma obrigação com a lei em qualquer instituição. Eu me preocupo sinceramente, estou lhe dizendo de peito aberto. Já tive uma conversa nesse sentido com o Dr. Ricardo, quando ele veio.

**O SR. CARLOS EDUARDO RADDATZ CRUZ** - A minha manifestação no processo (*ininteligível*) na ação em curso... Eu, pessoalmente, ainda não estou convencido a respeito dessa tese do marco temporal em 88. (*ininteligível*) a gente colocou um recurso, em especial porque os próprios ordenamentos anteriores já fixavam as terras tradicionalmente ocupadas. Então, definir que, em 88, houve uma inovação completa no sistema jurídico... Ele só repetiu o que já estava nas Constituições anteriores.

**O SR. COORDENADOR** (Rodinei Escobar Xavier Candeia) - Isso eu também digo. Para mim, não tem melhora nenhuma desde 1600.

**O SR. CARLOS EDUARDO RADDATZ CRUZ** - Então, nós emitimos essa posição, inclusive para discutir melhor (*ininteligível*). Agora, uma vez que se fixe, se um dia se fixarem... Hoje em dia, (*ininteligível*). Até temos recursos no MPF, não no próprio Supremo ainda. Então, ainda não saiu uma decisão que, no entender do MPF, se firme o suficiente nesse sentido. Certamente, se essa for a posição até o final, se prevalecer esse (*ininteligível*), o Governo vai ter que pensar em outras soluções para esses problemas sociais, porque eles não vão deixar de existir por se definir que é indígena, não indígena, tradicional ou não tradicional. As pessoas vão





continuar ali, vão continuar ali os grupos indígenas, e vão continuar ali (*ininteligível*) de agricultores. Então, as pessoas não vão sumir. Então, seja de alguma forma jurídica, seja demarcação, seja desapropriação, seja, enfim, qualquer outra forma, considerando que não se pode fazer uma remoção de um grupo, por normativos internacionais, a menos que o grupo concorde, alguma solução o Governo vai ter que dar. Aí eu não sei, não sei qual é a solução. (*ininteligível*).

**O SR. COORDENADOR** (Rodinei Escobar Xavier Candeia) - Eu tenho sustentado, há algum tempo, que essa instituição, para mim, (*ininteligível*) porque a legislação já oferece solução, basta que o Governo compre, e constitua, e tenha reserva. O Estatuto do Índio já diz lá, e ele foi recepcionado... Existem terras tradicionalmente indígenas, existem terras reservadas, que são as compradas pela União, tem as terras de domínio indígena e tem os parques. Então, assim, basta que a União compre. Resolve todos os problemas.

**O SR. CARLOS EDUARDO RADDATZ CRUZ** - A questão que eu sempre pergunto é, realmente... Aqui, inclusive, no Rio Grande do Sul, essa seria a forma de menor conflituosidade para resolver a questão, porque, eu tenho certeza, eu conversei com os agricultores, se recebessem o preço de mercado da terra, já teriam querido se livrar dessa discussão há muito tempo, pelo menos a maior parte deles. O problema é que não querem receber menos, com razão, menos do que vale, e muito menos só receber dinheiro pelas benfeitorias — é óbvio que não. A questão é: o Governo quer fazer isso?

**O SR. COORDENADOR** (Rodinei Escobar Xavier Candeia) - Aí é que está.

**O SR. CARLOS EDUARDO RADDATZ CRUZ** - O Governo tem recurso disponível?

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Alceu Moreira) - Claro que não. Não há nenhuma boa vontade com os índios.

**O SR. CARLOS EDUARDO RADDATZ CRUZ** - Então, o que resta? O Ministério Público defender, claro que o Ministério Público acredita muito nesse texto da Constituição, foi uma luta, afinal de contas, de muito tempo em relação à questão indígena, mas, aqui no Rio Grande do Sul, eu tenho plena convicção de que uma forma menos conflituosa, não sei se seria a mais adequada, do ponto de vista jurídico, ou não — senão a gente teria uma encrenca —, mas o que não geraria





conflito seria o pagamento, via indenização, por irresponsabilidade civil, enfim, do valor da terra efetiva no valor de mercado. Eu acho que isso aí seria uma forma de...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Alceu Moreira) - Dr. Carlos, eu queria fazer uma afirmação anterior a isso. Nós estamos fazendo uma série de discussões, e isso para na consequência. A causa desse processo está num laudo antropológico. De um modo geral, não envolve laudo técnico, não tem nenhuma sustentação científica. Qualquer um deles que nós pegarmos, se formos ver a fundamentação científica do processo, não para em pé.

Eu só quero saber o seguinte: nós temos um antropólogo que faz um laudo antropológico. Instala-se um conflito geral, e nós não estamos passando a discutir a consequência, como se esse fato originasse todos os outros direitos. Mas o fato inicial é o laudo antropológico, que é uma fraude constituída, é um documento por encomenda. Não há... Nós pegamos os laudos. Este de Mato Preto, nós analisamos de ponta a ponta, e sequer um agricultor foi consultado para saber sobre nada. A outra parte nunca tem conhecimento do processo, só quando é notificada. Não se diz nada, não se diz o porquê daquilo, não se diz nada, não tem nenhum documento, não tem um testemunho, não tem nada. Tem uma narrativa de um grupo indígena, e é só.

**O SR. CARLOS EDUARDO RADDATZ CRUZ** - Esse laudo é de antropologia, são questões técnicas. Eu não sou antropólogo, e eles são definidos a partir do grupo indígena ou outro grupo específico. A partir dessa interlocução com esse grupo é que se vai definir essa ocupação tradicional. Obviamente há, sim, a possibilidade de inclinações, de alguma fase específica para isso depois. Enfim, aliás, essa discussão...

**O SR. FERNANDO CARLOS WANDERLEY ROCHA** - Deixe-me eu lhe fazer uma pergunta, Dr. Carlos, interrompendo exatamente nesta fala: em toda a sua vida dentro do Ministério Público, em quantos laudos foi apresentada impugnação e a impugnação foi acatada?

**O SR. CARLOS EDUARDO RADDATZ CRUZ** - Eu tenho 13 anos de Ministério Público. É a primeira vez que eu pego um processo na minha atribuição de demarcações, e já estava demarcado quando eu cheguei aqui. Então, eu não acompanhei do início nenhuma demarcação.





**O SR. COORDENADOR** (Rodinei Escobar Xavier Candeia) - Uma observação quanto a esse aspecto: quando o Dr. Ricardo esteve aqui, ele pediu que tivesse uma conversa comigo. Eu vim aqui até o Ministério e narrei para ele. Eu disse: *“Doutor, de coração aberto, é muito frágil, é um ‘copia e cola’ e não tem sustentação, é muito frágil.”* Ele disse: *“Então eu vou mandar fazer uma perícia pelo nosso setor de Brasília.”* E deve haver um trabalho específico do setor de vocês sobre esse laudo.

Quero até dizer que o próprio Ministério Público deve ter uma informação um pouco mais qualificada nesse caso, sinceramente. A gente está acostumado a fazer trabalho de conclusão de mestrado, e esse não tem um desenvolvimento científico de qualidade. Se eu fosse orientador...

**O SR. CARLOS EDUARDO RADDATZ CRUZ** - Eu não conheço esse trabalho do Ricardo, eu não fui informado a respeito. O laudo está em discussão na Justiça. Eu não sei qual é o processo. Vamos ver o que vai ser dito sobre esse laudo, sobre essas discussões todas.

**O SR. COORDENADOR** (Rodinei Escobar Xavier Candeia) - Eu nem quero lhe dizer isso. É apenas para reforçar que essa é ...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Alceu Moreira) - De um modo geral, quando nós conversamos com os seus colegas do Ministério Público, o Ministério Público não discorda de fazer a discussão, partindo do pressuposto da legitimidade, porque essa é uma questão que não compete ao Ministério Público. Mas, então, nós passamos a discutir uma consequência social gigantesca de uma celeuma criada por um documento que não tem (*ininteligível*) público.

**O SR. CARLOS EDUARDO RADDATZ CRUZ** - É porque a gente parte da ideia que é, enfim, a mais corrente nesse meio, de que o laudo antropológico é feito por técnicos em antropologia. Esses técnicos, em tese, têm atribuição legal para fazer isso. Eu, enquanto Procurador, não tenho qualificação técnica para definir se aquele laudo corresponde ou não a um laudo bem feito sob o ponto de vista antropológico. O que eu aceitaria nisso? Se existe outro laudo antropológico, outra perícia feita por antropólogo, com tudo o que é necessário, que se analise aquele laudo e verifique. Às vezes, é como analisar um laudo de engenharia. Para eu analisar um laudo antropológico, eu teria a mesma dificuldade e impossibilidade que







em um laudo de engenharia. Eu não sou engenheiro, não sou antropólogo, não posso dizer se um laudo está correto, incorreto, se é absurdo, se não é absurdo, porque eu não participei do trabalho de antropologia. Não estive em campo com o antropólogo e muito menos tenho conhecimento da área de antropologia. Meu conhecimento é na área do Direito. Eu só posso me contrapor a um laudo — e no dia que eu vier a fazer isso — se eu estiver amparado por um técnico. Pode ser um técnico do MPF, pode ser um técnico que tenha contrato com a Justiça, mas tem que ter um amparo técnico. Aí sim eu posso, como em qualquer caso, me manifestar, como nos casos ambientais em que eu me manifestei, com um procedimento técnico, com um perito da área ambiental, da área de engenharia que defina o que está certo e o que não está certo. Até então eu não tenho esse conhecimento.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Alceu Moreira) - O Ministério público não dispõe desse profissional e nem o poder público dispõe.

**O SR. CARLOS EDUARDO RADDATZ CRUZ** - O Ministério público dispõe de antropólogos, dispõe de antropólogos. E alguns antropólogos trabalham em comum, alguns muito bons. Se esses antropólogos podem ou não podem fazer o laudo, enfim, até porque a FUNAI tem essa atribuição, teria que ter uma investigação específica sobre isso. Poderíamos pedir uma perícia antropológica.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Alceu Moreira) - A FUNAI é quem encomenda o laudo e é a representante. É claro que é unilateral. Não encontramos nenhum laudo da FUNAI que fosse um documento absolutamente isento. Você tem pilhas de laudo. Pode olhar todos eles, inclusive nas narrativas dos antropólogos na CPI eles deixam claro que eles têm compromisso inclusive com o perfil ideológico.

Então, nesse processo não tem justiça. Tem o que o laudo diz. Tanto é verdade que ele tem o princípio básico da unilateralidade, desde quando começa a se pesquisar uma área. Os proprietários não sabem, os Municípios não sabem, o Estado não sabe. Constitui-se prova documental, prova oral, prova testemunhal, prova material, todas, sem que ninguém da outra parte saiba de nada.

Quer dizer, o Estado paga para se construir um laudo, que é um documento que dá origem a uma causa social gigante, de maneira unilateral, completamente vigiada, e isso vale como verdade. Nós não podemos voltar à origem.





**O SR. CARLOS EDUARDO RADDATZ CRUZ** - Eu não posso afirmar que os laudos são viciados, é isso que eu quero dizer.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Alceu Moreira) - Claro. É por minha conta e risco. Eu que estou dizendo.

**O SR. CARLOS EDUARDO RADDATZ CRUZ** - E aí eu sou (*ininteligível*) também.

**O SR. COORDENADOR** (Rodinei Escobar Xavier Candeia) - Na verdade, o que eu vejo mais são as incongruências com as documentações públicas. Às vezes tem documento histórico (*ininteligível*).

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Alceu Moreira) - Dr. Carlos, precisamos ir embora. Eu queria muito agradecer pela paciência.

**O SR. COORDENADOR** (Rodinei Escobar Xavier Candeia) - Dr. Carlos, muito obrigado. Foi um prazer conversar com V.Exa. Boa sorte no seu trabalho.

**O SR. CARLOS EDUARDO RADDATZ CRUZ** - Muito obrigado. Se o senhor precisar de alguma coisa, conte comigo.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Alceu Moreira) - Obrigado.

**O SR. COORDENADOR** (Rodinei Escobar Xavier Candeia) - Obrigado. Bom trabalho para o senhor. Conte com a gente.

